servidorpúblico.MS

Segunda-Feira, 13 de Novembro de 2017

Distribuição Dirigida

www.publico.inf.br

jornal do funcionalismo público em Mato Grosso do Sul

SINDETRAN - PÁGINA 6

Mesmo com recomendação do MP, governo mantém comissionados no Detran



SUPOSTO ROMBO - PÁGINA 4

Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul se mobiliza contra a Reforma da Previdência Estadual

JBS: CPI da vergonha isenta governador e culpa funcionários











Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, criada para investigar o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) em um suposto esquema de pagamento de propina através de incentivos fiscais e redução da alíquota do ICMS, isentou o governador - mesmo após delação de Wesley Batista – e responsabilizou os funcionários pela falta de fiscalização. São cinco deputados estaduais que integraram a CPI: Paulo Siufiu (PMDB), Eduardo Rocha (PMDB), Pedro Kemp (PT), Flávio Kayat (PSDB) e Paulo Corrêa (PR). **Página 3**

CAMPANHA - PÁGINA 5

ACP: Dia Nacional de Mobilização em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores



TRANSPLANTE - PÁGINA 4

Hospital Cassems Campo Grande realiza primeira captação de órgãos



ARTIGO - PÁGINA 2

Novembro Azul: seja um homem de atitude

SINPOL/OAB-MS - PÁGINA 7

Comissão vê inconstitucionalidade em Reforma da Previdência de MS

SEM DIÁLOGO - PÁGINA 7

Sintss/MS é contra a Reforma da Previdência Estadual em MS

TRIÊNIO 2018/2020 - PÁGINA 8

Chapa 1 - Compromisso, União e Luta vence a eleição no Sindijus



OPINIÃO

ARTIGO

Novembro azul: seja um homem de atitude

*Ricardo Ayache

Mais um novembro chegou e mais uma vez estamos engrossando as fileiras da luta para conscientizar os homens da importância dos cuidados com a sua saúde. Ao longo destes 14 anos (a campanha Novembro Azul iniciou em 2003, na Austrália), ouvimos, repetidamente, que é necessário fazer os exames que facilitam o diagnóstico precoce do câncer de próstata. Mas será que todos os homens entendem realmente a importância dessa prevenção?

Apesar de toda a tecnologia e modernidade hoje disponíveis na área da saúde, a falta de informação, o preconceito, o tabu e o medo de ver sua masculinidade diminuída são os maiores

empecilhos para o diagnóstico precoce da doença. Muitos homens brincam com a situação, mas ao ter de enfrentar a realidade, acabam recuando por receio dos julgamentos e do que "as pessoas irão pensar". Brincadeiras à parte, o câncer de próstata é uma doença séria, grave e que evolui silenciosamente para a morte. É o segundo tipo de câncer que mais mata entre os homens e é o sexto tipo mais frequente no mundo.

Por causa do tabu e do preconceito que gira em torno dos exames necessários para o diagnóstico da doença, as estatísticas são cruéis: a cada 7,6 minutos, um homem é diagnosticado com câncer de próstata. Um a cada seis homens é alvo da doença, e a cada 40 minutos, um homem morre por cau-

sa desse câncer.

Não existem medicamentos ou vacinas que tornem a pessoa imune ao câncer de próstata, por isso os profissionais da saúde e os órgãos de saúde pública insistem tanto na prevenção. E prevenir é sinônimo de estar em dia com os exames necessários para o diagnóstico precoce da doença: o PSA (Antígeno Prostático Específico) e o toque retal.

Esses dois exames devem ser realizados regularmente e, embora o segundo seja alvo de muito preconceito por parte dos homens, é o único que vai garantir a certeza de que não existe risco de o paciente estar doente. O exame PSA, que é o de sangue, é importante também, porém não tem a mesma efetividade do toque retal, pois, em muitos casos,

não detecta o câncer.

Uma das principais características do câncer de próstata é que, na fase inicial, ele não apresenta sintomas, por isso a realização dos exames de sangue e de toque retal, juntos, são importantes. A resistência em fazer um check-up, pelo menos uma vez ao ano, faz com que 95% dos casos de câncer de próstata sejam diagnosticados já na fase avançada da doença, quando os sintomas começam a aparecer. Com o diagnóstico precoce, tudo fica mais fácil: o tratamento é menos invasivo e com maiores chances de cura.

Na fase avançada, os sintomas mais comuns são: vontade urgente e repentina de urinar, dor ou ardor ao urinar, diminuição do jato de urina, aumento na frequência urinária,

sensação de que a bexiga ainda está cheia, mesmo após urinar, urina escura devido à presença de sangue, dor ao ejacular e sêmen escurecido, dores corporais e nos ossos, insuficiência renal.

Fazer os exames ao menos uma vez por ano não vai diminuir a masculinidade. Vai, sim, demonstrar que você, homem consciente e moderno, tem atitude e quer cuidar da sua saúde. Se você tem mais de 50 anos de idade, procure seu médico todos os anos e faça os exames preventivos. Se você tem 45 anos e já teve algum caso de câncer de próstata na sua família, antecipe suas visitas ao médico e faça seu check-up. E não se esqueça: em homens com menos de 65 anos de idade e com mais de um parente com diagnóstico de câncer



de próstata, o risco de ter a doença aumenta de seis a onze vezes.

O homem moderno e antenado se cuida, cuida da própria saúde e pode aproveitar mais a vida junto dos amigos e da família, de forma mais saudável e inteligente.

*Ricardo Ayache – Médico cardiologista e presidente da Cassems



PLACAS DECORATIVAS

- √ Fabricado em MDF espessura 3mm
- ✓ Impressão de alta qualidade
- ✓ Acompanha fita dupla face já fixada no quadro
- ✓ Acabamento verniz fosco
- ✓ Maior resistência a umidade e ao mofo.

99104-2489



JBS: CPI da vergonha isenta governador e culpa funcionários

Il Comissão Especial da Assembleia Legislativa de MS havia sido criada para investigar o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), em um suposto esquema de pagamento de propina através de incentivos fiscais e redução da alíquota do ICMS, porém foi transformada em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), pela Casa de Leis.

Da Redação redacao@publico.inf.br

O objetivo inicial da CPI era investigar o governador de Mato Grosso do Sul por crime de responsabilidade. Reinaldo Azambuja aparece na delação dos donos da JBS à operação Lava Jato.

Segundo eles, o chefe do Executivo estadual teria recebido propina para conceder incentivos

Presidente da CPI da Vergonha

O deputado estadual Paulo Corrêa (PR), presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Paulo Corrêa foi flagrado em conversa de telefone orientando outro parlamentar a supostamente fraudar a folha de ponto de seus funcionários nomeados na Assembleia Legislativa de MS.

Ao final da investigação a Comissão isentou o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) -



mesmo após delação de Wesley Batista – e responsabilizou os funcionários pela falta de fiscalização.

Em depoimento à CPI o ex-secretário estadual de Fazenda Marcio Monteiro chegou a dizer que a fiscalização não foi suficiente para encontrar irregularidades.

fiscais à empresa. O governador nega.

São cinco deputados estaduais que integra-

ram a CPI: Paulo Siufiu (PMDB), Eduardo Rocha (PMDB), Pedro Kemp (PT), Flávio Kayat (PSDB) e Paulo Corrêa (PR).

TCE

Marcio Monteiro foi indicado para assumir uma vaga no TCE-MS (Tribunal de Contas do Estado de MS), no lugar de José Ricardo Cabral, que se aposentou.

A delação dos empresários da JBS aponta que Márcio Monteiro, ex-titular da Sefaz-MS estaria implicado em um suposto esquema de emissão de notas frias para recebimento de suposta propina.

Outro indicado para o TCE é Flavio Kayatt, que é réu em uma ação que investiga o desvio de R\$ 2 milhões da rodoviária de Ponta Porã (MS) e vai assumir a vaga de Marisa Serrano que também se aposentou.

Kayatt e Monteiro foram nomeados em edição extra do Diário Oficial na sexta-feira (10), para as vagas do TCE.





O esquema

No depoimento, prestado em 4 de maio de 2017 aos membros da Procuradoria-Geral da República Fernando Antonio Oliveira e Sergio Bruno Fernandes, Wesley revelou que funcionaria em MS um esquema de pagamento de propina em troca de redução da alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O sistema de distribuição de propinas funcionaria desde o governo de Zeca do PT, passando pela gestão de André Puccinelli (PMDB) e ainda em voga na administração de Reinaldo Azambuja (PSDB).

"Mato Grosso do Sul é um esquema de benefícios fiscais para redução da alíquota do ICMS. Esse esquema começou quando o Zeca do PT foi eleito", revelou Wesley em delação gravada no último dia 4 de maio, e cujo conteúdo deixou de ser sigiloso por determinação do STF (Supremo Tribunal Federal). O conteúdo das revelações de Wesley e Joesley Batista já foi homologado pelo ministro Luiz Edson Fachin.

No termo de declaração, Wesley Batista revela que o suposto esquema de pagamento de propina em troca de incentivos









fiscais em Mato Grosso do Sul começou no governo Zeca do PT e esteve vigente até o final do ano passado, já na gestão de Reinaldo Azambuja (PSDB). Em espécie, Puccinelli teria recebido R\$ 30 milhões, e levado mais R\$ 60 milhões via

'doleiro'.

Wesley revela na delação que o esquema era operado por Joesley na época do governo Zeca, que cobrava 20% do valor do benefício de redução do ICMS, tendo como contrapartida o pagamento de propina. "Como este fato é de 2003, não temos mais o registro de quanto foi pago, nem a forma como foi pago", diz.

Entretanto, o empresário cita que em 2010, enquanto candidato a deputado, Zeca teria pego R\$ 3 milhões de Joesley para campanha, sendo R\$ 1 milhão em doação oficial e R\$ 2

milhões em espécie, no escritório da empresa em São Paulo.

"Quem inaugurou esse sistema (de propina) foi o governo do PT. A primeira vez que fui abordado com essa forma de operar foi em Mato Grosso do Sul, no governo do Zeca do PT. Vi uma estrutura organizada no andar de cima, com o governador", disparou Joesley. De lá para cá, 31 políticos de MS tiveram as campanhas financiadas pela JBS.

A lista tem empresas e pessoas físicas e abrange o período de 7 anos, durante o governo de André Puccinelli (PMDB), totalizando R\$ 105 milhões de pagamentos.

Ainda de acordo com a delação premiada, os pagamentos da JBS às empresas ocorriam por meio de notas frias, que mascaravam o repasse da propina.

Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul se mobiliza contra a Reforma da Previdência Estadual

| Preocupados com o projeto da Reforma da Previdência Estadual (nº 253/17), os sindicatos que compõem o Fórum dos Servidores Públicos de MS reuniram-se para definir estratégias e mobilizações conjuntas. Após a análise de diversas ideias foi deliberado que as categorias serão convocadas a participar de uma manifestação online nas redes sociais dos deputados estaduais, reivindicando que os legisladores votem contra a da Reforma da Previdência Estadual.

O grupo também organiza uma Audiência Pública sobre a Reforma da Previdência Estadual, no dia 14 de novembro às 13h30, na sede Fetems, localizada na Rua 26 de Agosto, 2.296, Bairro Amambaí.

SINDICATOS

"Este é o momento de cobrarmos dos deputados estaduais que realmente nos representem e sejam contra esse projeto. O servidor público não pode pagar a má gestão, do governo estadual tampouco aceitar que esses

recursos previdenciários sejam destinados para outros fins. A aposentadoria digna é direito do trabalhador e vamos lutar por ela", enfatizou Giancarlo.

DENÚNCIA

O Fórum dos Servidores de MS protocolou na PGJ (Procuradoria Geral de Justiça) pedido de investigação de uso irregular de recursos da Previdência Estadual. Os valores, estimados em R\$ 34 milhões, teriam sido usados em outros setores, nos últimos dois



Servidores promovem audiência pública na terça-feira (14) na sede da Fetems às 13h30

anos, o que é irregular.

Até o momento a PGJ não se manifestou quanto ao pedido de investigação dos recursos que deveriam ser destinados à previdência dos servidores. O mesmo pedido foi feito ao Ministério Público Federal, que declinou da investigação.

SAÚDE

Hospital Cassems Campo Grande realiza primeira captação de órgãos

Il Pouco mais de um ano após sua inauguração o Hospital Cassems de Campo Grande realiza a primeira cirurgia de captação de órgãos para transplante de sua história. A equipe médica responsável pelo procedimento chegou em Campo Grande na madrugada de quinta-feira (9) e veio de Brasília. A cirurgia, que coletou os rins, fígado e córneas da doadora, teve uma duração média de quatro horas.

Uma verdadeira força tarefa foi montada para que o procedimento de captação dos órgãos fosse realizado. Ao saber da possibilidade de uma possível doadora, as equipes do hospital se mobilizaram durante toda a quarta-feira para viabilizar o processo de doação. Em um primeiro momento, médicos e assistentes sociais conversaram com a família que, prontamente, autorizou a realização do procedimento. Em seguida, começou uma corrida contra o tempo para solucionar, com rapidez, as questões burocráticas.

Com a ajuda da Organização de Procura de Órgãos de Mato Grosso do Sul (OPO) foi possível agilizar todo o processo, fazer a ponte entre o hospital e a Central de Transplante Estadual e definir quais órgãos seriam captados e para

quais locais eles seriam direcionados. Duas equipes médicas foram acionadas: uma de Brasília e outra de Campo Grande. Rins, fígado e córneas salvarão as vidas de outras pessoas que aguardam na fila do transplante pela oportunidade de um recomeço.

Segundo a coordenadora da OPO, Ana Paula Silva das Neves, é muito importante hospitais que possuem unidades de tratamento intensivo instituírem a cultura de notificar a OPO e a central de transplantes sempre que surgir uma possibilidade de doação de órgãos. "É importante que os hospitais também tenham uma comissão

intra hospitalar para doação de órgãos. Quando recebemos a notificação de um possível doador, nos mobilizamos, conversamos com os familiares e viabilizamos todo o processo", explica a coordenadora.

De acordo com o diretor de Unidades Hospitalares da Cassems, Flávio Stival, essa é uma cultura que será disseminada na rede de hospitais da Cassems. "Esse processo já começou a ser feito pela unidade de Nova Andradina, onde as equipes da OPO e da Central de Transplantes do Estado estiveram presentes, fazendo palestras e orientando nossos colaboradores sobre a



Rins, fígado e córneas são encaminhados para transplante na primeira cirurgia de captação de órgãos realizada pelo Hospital Cassems de Campo Grande.

importância da doação de órgãos para salvar vidas", revela Stival.

O presidente da Cassems, Ricardo Ayache, reforça que a rede hospitalar da Cassems está preparada para realizar esses procedimentos em pelo menos três hospitais que possuem centro de tratamento intensivo. "Isso é um reflexo dos investimentos em tecnologia e recursos humanos que têm sido feitos pela Cassems e da percepção das nossas equipes no sentido de ampliar as opções dos cuidados em saúde".

Dia Nacional de Mobilização em defesa dos direitos

Com campanha ACP Veste Preto, sindicato denuncia e protesta contra a retirada de direitos da classe trabalhadora

Il As escolas públicas de Campo Grande vestiram preto nesta sexta-feira, 10. No Dia Nacional de Mobilização em defesa dos direitos, a ACP promoveu campanha para denunciar e protestar contra as atrocidades das Reformas Trabalhista, Previdenciária e Terceirização.

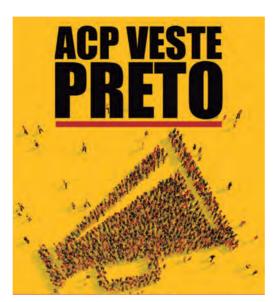
Da Redação redacao@publico.inf.br

Com o mote "ACP Veste Preto", os profissionais da educação pública usaram roupas pretas e alertaram a comunidade escolar sobre a escalada de retirada de direitos que vem tomando conta do País desde o golpe de 2016. Neste sábado, 11 de novembro, entrou em vigor a Reforma Trabalhista que, somada à Lei da Terceirização e outras ações terríveis como o enfraquecimento do combate e da definição de trabalho escravo, pode"legalizar" a escravidão contemporânea no

"Desde a aprovação da Emenda Constitucional 95, que delimita o Teto dos Gastos Públicos, o (des)governo federal vem promovendo uma série de ataques aos direitos sociais e trabalhistas, precarizando as condições de trabalho e sucateando o serviço público no País. Não podemos ficar imóveis

diante desta situação. A força da população organizada, protestando, é enorme, temos que sacudir as estruturas corrompidas do poder. Juntos somos mais fortes", conclama o presidente da ACP, Lucílio Souza Nobre.

Ao longo do dia, a ACP divulgou em suas redes sociais as ações dos educadores nas escolas públicas da Capital.





























Mesmo com recomendação do Ministério Público, governo mantém comissionados no Detran-MS

Il No último dia 16 de agosto, o Ministério Público Estadual recomendou ao Governo do Estado que os servidores comissionados que atuam na vistoria veicular do Detran fossem exonerados. Quase três meses depois, os comissionados seguem executando o serviço de vistorias veiculares na Capital e no interior.

Da Redação redacao@publico.inf.br

Para o presidente do Sindicato dos Servi-

dores do Detran (Sindetran-MS), Octacílio Sakai Junior, ignorar o pedido do Ministério Público demonstra o descompromisso do Governo do Estado com os servidores públicos de carreira. "Essas vagas que estão ocupadas por comissionados beneficiariam servidores aprovados em concurso que esperam ser chamados para trabalhar. Frequentemente temos nomeações de pessoas sem concurso para trabalhar no Detran em áreas fins, que deveriam ser exclusivas da carreira, como a vistoria, emissão de

documentos e outras", afirma Sakai.

O diretor-geral do Sindetran-MS, Bruno Alves, explica que as nomeações dos servidores comissionados não respeitam a Lei 1102/90, que em seu Art. 4º, parágrafo 2º, ao dispor que "Os cargos em comissão são os que envolvem atribuições de comando, direção, gerência e assessoramento técnico ou especializado, de livre provimento, satisfeitos os requisitos de qualificação definidos em lei



Para o presidente do Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS), Octacílio Sakai Junior, ignorar o pedido do Ministério Público demonstra o descompromisso do Governo do Estado com os servidores públicos de carreira

Transparência do governo

Com a alegação de reduzir o déficit da Previdência em Mato Grosso do Sul, o Governo do Estado pretende implantar uma Reforma Previdenciária que, se aprovada, impactará diretamente a vida dos mais de 70 mil servidores públicos estaduais, entre ativos, inativos e pensionistas.

Segundo o governo, o déficit da Previdência no Estado soma R\$ 1,2 bilhão. Mas os números que são mostrados escondem como essa conta é feita. "Mais uma vez a falta de transparência coloca em cheque toda

a credibilidade de um governo que não dialoga com as categorias, não debate com os servidores, não apresenta cálculos como aconteceu no caso do reajuste zero", rebate o Octacílio Sakai.

"Segundo o Governo do Estado, o número de aposentados supera o número de servidores da ativa, entretanto não se percebem esforços do Governo em mudar essa conjuntura, pois ainda utiliza da máquina pública para artimanhas políticas como nomeações de comissionados", completa Bruno Alves.



"Essas vagas que estão ocupadas por comissionados beneficiariam servidores aprovados em concurso que esperam ser chamados para trabalhar. Frequentemente temos nomeações de pessoas sem concurso para trabalhar no Detran em áreas fins, que deveriam ser exclusivas da carreira, como a vistoria, emissão de documentos e outras" Octacílio Sakai Junior

Presidente do Sindetran-MS

Comissão da OAB/MS vê inconstitucionalidade em Reforma da Previdência de Mato Grosso do Sul

II Na quarta-feira (08), o presidente do Sinpol -MS, Giancarlo Miranda, reuniu-se com membros da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil - seção Mato Grosso do Sul, para discutir o projeto da Reforma da Previdência de MS. De acordo com a comissão, o projeto apresentado pelo governo do Estado tem vícios de inconstitucionalidade, pois

não apresenta diversas informações, como por exemplo o cálculo atuarial. Segundo o presidente do sindicato. Giancarlo Miranda, a OAB/MS é parceira do Sinpol-MS e dos servidores públicos estaduais nesta luta. "Não aceitaremos que os policiais civis e os servidores estaduais sejam prejudicados. Vamos procurar o apoio de diversas entidades contra este projeto", declarou.



Giancarlo Miranda reunido com membros da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-MS

Sintss/MS é contra a Reforma da Previdência Estadual

II O governo estadual, no desespero de organizar suas próprias contas, apresentou no dia 31 de outubro, na Assembleia Legislativa, sua proposta de Reforma da Previdência, sem realizar qualquer diálogo com os sindicatos que representam os trabalhadores do funcionalismo estadual.

Conforme a proposta do governo, a alíquota de contribuição dos servidores com a Previdência passaria dos atuais 11% para 14% dos vencimentos.

O Estado alega déficit nas contas da Previdência, empurrando o problema para as costas dos servidores, problema que não foi criado pelos trabalhadores.

A direção do sindicato é contra esta proposta e junto com o Fórum dos Servidores Públicos estaduais quer diálogo com o governo e requer uma auditoria nas contas da Previdência.

Uma das justificativas do Poder Executivo seria "adequar a legislação local às propostas em trâmite no Governo Federal", oras, a reforma da Previdência sequer foi votada na Câmara dos Deputados e as últimas notícias na imprensa indicam que o governo do temeroso não tem coragem de colocar o tema em votação, com medo de a proposta ser derrotada.

O governo do Reinaldo Azambuja ainda quer desfazer a segregação da massa, para supostamente reorganizar as dívidas da Previdência Estadual. A proposta foi citada por



sindicalistas como "sem noção", pois o reajuste salarial dos servidores públicos estaduais foi de 2,94%, que começou a ser pago em outubro deste ano.

Caso esta proposta de Reforma da Previdência seja aprovada na íntegra, os trabalhadores do funcionalismo público estadual vão amargar outra perda salarial, transformando o reajuste salarial em redução salarial, esta conta piora quando

você incide os valores da inflação do período, ou seja, o governo deu com uma mão para tirar com a outra.

LutePelaAposentadoria

A ausência de diálogo e a impossibilidade de se estabelecer qualquer debate sobre esta proposta tem sido uma das marcas da crítica dos trabalhadores.

No dia 31 de outubro, Ricardo Bueno, Presidente do SINTSS/MS, durante a reunião realizada com dirigentes sindicais, e Édio Viegas, Secretário Adjunto da SAD/MS, afirmou para o representante do governo: "isso é um desrespeito com a gente, na última reunião do Fórum (dialoga) ficou bem claro que deveríamos debater as propostas, antes de encaminhar para a Assembleia Legislativa... O Paim (senador) fez uma CPI e mostrou que a Previdência não está quebrada a nível nacional. E aqui no Estado porque não aceitam sentar e

abrir os dados da Previdência com a gente?", disse o dirigente.

Os sindicalistas não aprovam nenhum arrocho para os servidores públicos estaduais e suas famílias, se aprovada, esta proposta de Reforma da Previdência atingirá aproximadamente 70 mil trabalhadores.

Os trabalhadores estão organizando a resistência a essa famigerada proposta; na pauta está sendo organizada uma audiência pública para o dia 14/11, às 13h30, na sede da FETEMS em Campo Grande. Os sindicalistas também cogitam a realização de passeatas, atos na Assembleia Legislativa, atividades intensas nas redes sociais, denúncias do caso na imprensa, entre outras atividades.

COMPROMISSO, UNIÃO E LUTA vence a eleição para presidente do Sindijus-MS

II No dia 1 de novembro a Chapa 1 – COMPRO-MISSO, UNIÃO E LUTA, encabeçada por Leonardo Lacerda, venceu a eleição para presidente do Sindijus/MS (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul).

Do total de 1.560 filiados aptos a votarem, 1.062 filiados votaram, perfazendo 68,08%. A chapa obteve 603 votos, perfazendo 56,78% do total dos eleitores aptos ao voto, e vai administrar a entidade no triênio 2018 – 2020.

